

Comunidade de Prática
Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina

Memória da Reunião Amazônia e Educação – Primeira Parte

17/05/2023

10:00 -12:00hs (horário de Brasília)

Peru

Elena Burga Cabrera

Educadora, com mestrado em Ciências Sociais. Trabalhou em diferentes instituições públicas e privadas e na área de cooperação internacional. Foi responsável pela Direção Geral de Educação Bilíngue e Intercultural Rural (DIGEIBIRA), do Ministério da Educação do Peru, e Vice-Ministra de Interculturalidade, no Ministério da Cultura do mesmo país. Atualmente é consultora independente.

Estudo sobre a situação da educação na Amazônia peruana

Com mais de 750 mil km² (62% do país), o Peru ocupa a segunda posição (com 13%) em extensão amazônica, com três departamentos totalmente amazônicos (Loreto, Ucayali e Madre de Dios) e 12 que incluem esse escopo territorial. No entanto, a cosmovisão oficial sobre esse espaço tem sido construída sobre a noção de um lugar desperdiçado de riquezas incalculáveis, cujos habitantes seriam “um eterno problema” (infiéis, selvagens, antidesenvolvimentistas, preguiçosos ou em extrema pobreza). De fato, as estatísticas oficiais mostram a perpetuação das desigualdades sociais na Amazônia, as quais se reproduzem no cenário educacional. O acesso ao sistema educacional vai variando do fundamental ao superior. Enquanto o acesso ao ensino fundamental é universal, o acesso ao ensino médio na selva se destaca por ter os níveis mais baixos do país. O ensino universitário tão valorizado, por sua vez, é aquele ao qual os estudantes da Amazônia têm menos acesso.

Em termos gerais, há um déficit de professores formados e/ou capacitados para atender as demandas educacionais na Amazônia. Muito particularmente há carência de professores bilíngues formados em educação bilíngue intercultural (EIB), muitos deles não tem como se deslocar para aperfeiçoar a sua formação. Além disso, os professores vivenciam uma grande instabilidade laboral e socioemocional: entre 70% e 85% não são concursados, mas contratados por períodos letivos.

A complexidade da Amazônia e os desafios globais exigem uma política de Estado, que seja pensada em conjunto e com articulação de todos os atores envolvidos no processo. Isso requer olhar “o outro” a partir das potencialidades e não das fragilidades, principalmente quando os resultados para superá-las são tão medíocres. O debate deve passar pela realização de mesas multisetoriais entre indígenas e não indígenas, coletando propostas das organizações indígenas e dos governos territoriais sobre o bem viver e a sua própria proposta para a educação.

Torna-se urgente permanecer ampliando o acesso ao ensino inicial e secundário com base na implementação de modelos de serviço educativo com todas as características de qualidade. E acompanhar e promover as iniciativas que vão surgindo de jovens profissionais, dirigentes e docentes que procuram novas formas de pensar e agir no território.

Colômbia

Claudia Belén Lancheros Fajardo

Cientista política da Universidade Nacional da Colômbia. Atualmente é coordenadora de Educação Ambiental para a Paz da Educapaz. Tem experiência de trabalho em equipe, com abordagem dialógica da participação com vistas à transformação social, justiça epistêmica, ambiental e de gênero. Participou de processos de protagonismo juvenil por meio de agendas de *advocacy* territorial.

Educação ambiental para a paz na Amazônia colombiana

As florestas também foram vítimas do pós-conflito na Colômbia. Em 2017, primeiro ano do Acordo de Paz, o desmatamento na Colômbia chegou a 219.552 hectares contra 177.765 hectares desmatados no período pré-acordo. Ou seja, houve um aumento de 23%. O ano de 2017 continua sendo aquele de maior perda florestal desde que a Colômbia começou a monitorar o problema. Significa que a ausência de poder facilitou a entrada de atores responsáveis pelo desmatamento. Diante desse cenário, a Educapaz construiu uma parceria entre os sistemas dos parques naturais nacionais (PNN) e a Aliança pelo Clima e Uso da Terra (The Climate and Land Use Alliance – CLUA) para criar uma transição entre uma estratégia militar e a construção de acordos sociais, comunitários e educacionais para mitigar o desmatamento.

A proposta da Educapaz se baseia em avançar na conceituação de áreas protegidas (Unidades de Conservação – UC) como fontes da biodiversidade, onde a Educapaz realiza ações de educação ambiental para a paz, com a participação do Projeto Interinstitucional de Visão Estratégica (PNN), pelo território com desenvolvimento sustentável e inovador e uma vida em paz com a natureza, com justiça social e ambiental. O objetivo da educação ambiental para a paz é fortalecer a consciência do cuidado com a vida de meninas, meninos e jovens. Seu enfoque é intercultural, territorial e de gênero, pela apropriação e conservação de áreas protegidas e sua biodiversidade, pela adaptação às mudanças climáticas e mitigação do desmatamento de florestas tropicais e não apenas na Amazônia, pois o projeto está presente em vários lugares onde há parques naturais.
